

RECENSÕES / BOOK REVIEWS

PLATÃO. *Teeteto*. Tradução, apresentação e notas de Maura Iglésias e Fernando Rodrigues. São Paulo: Loyola, 2020.

A nova tradução do *Teeteto*, sob os auspícios da profa. Maura Iglésias e do prof. Fernando Rodrigues, constitui outro exemplar do excelente trabalho de ambos os pesquisadores e da competente editoração da editora Loyola.

Como no caso do *Parmênides* (2003), apresenta-se ao público uma tradução que enfrenta a contento as dificuldades do texto original, mantém sua fluência e estilo, e é atenta ao vocabulário técnico de que Platão se vale. Desde o início, tais traduções têm-se caracterizado por um estilo que pode ser chamado de “filológico”. De modo similar a Guilherme de Moerbeke (1215-1286), os tradutores não contornam todas as adversidades do texto original, retirando suas arestas para presentear o leitor com versão higienizada das passagens mais difíceis. Se há ambiguidade no grego, se há repetições ou aparentes quebras de raciocínio, elas são mantidas para proveito do leitor, o qual fica mais próximo da desafiadora experiência de encarar o texto platônico genuíno. Isso não chega ao ponto, contudo, de engessar a tradução e torná-la tão somente uma versão reescrita do grego com palavras portuguesas. Há um equilíbrio simultaneamente técnico e louvável que preserva as características do grego sem depurá-lo em demasia, por um lado, e sem apresentá-lo de forma crua e não estudada, por outro.

Essa opção é assaz distinta de perspectivas mais antigas, nas quais prevalece a ideia de que o texto vertido deva resolver todos os percalços do original. Isso é útil, sem dúvida, se pensarmos que muitos leitores não acompanham o grego com facilidade. Porém, ocorre muitas vezes que passagens difíceis são interpretadas de uma só maneira e -escondem ao leitor outros caminhos possíveis a partir da exploração da ambiguidade do original. Jules Tricot (1893-1963) e Benjamin Jowett (1817-1893) são tradutores de escol que perfilham tal procedimento: não raro, problemas espinhosos do grego da *Metafísica* são resolvidos na versão de Tricot, assim como o texto de Platão, com sua exuberância ditirâmbica beirando a imprecisão, é arredondado por Jowett.

No Brasil, o exemplo maior dessa escola é Carlos Alberto Nunes (1897-1990), cujas versões de Platão oferecem ao leitor um texto final polido e sem rebarbas. Nunes é o

maior tradutor de Platão no Brasil, não apenas pela extensão de sua atividade, que cobria outras línguas, mas igualmente pela harmonia que soube manter entre as passagens coloquiais e elevadas dos *Diálogos*. Ver Sócrates a falar o português da *Belle époque*, com tudo de barroco que possui, é de um prazer inigualável ao intelecto. Diga-se o mesmo de suas versões de Homero, que são literalmente *cantabiles*: a impressão de vê-las recitadas é digna de uma síndrome de Stendhal. Todavia, sabem os leitores especializados que Nunes peca por certa ânsia em empregar amplo e colorido vocabulário. Em trechos em que Platão repete certos termos – e são sempre trechos fundamentais, pois é assim que Platão chama a atenção do leitor para o que está em jogo – ele amiúde se socorre de mais de um vocábulo, esconde ao leitor a repetição e desconsidera que, em grego, o sentido de repetir um vocábulo é outro que em português, tanto no terreno da filosofia quanto no do estilo. A consequência é que o produto final sobrepõe-se à mensagem originária. Por tais motivos, as traduções de Nunes nem sempre são absolutamente fiéis ao grego, e o leitor especializado precisa introduzir-lhes modificações ao citá-las.

Nesta tradução do *Teeteto*, há uma preocupação visível com os aspectos negligenciados acima. Em um caso ao menos, os tradutores mantêm o termo original devido às suas múltiplas possibilidades de tradução: trata-se da palavra *lógos*, que Sócrates utiliza para falar da definição de ciência que requer do jovem Teeteto (148d). Uma nota (n. 20) explica ao leitor que tal opção deveu-se às várias nuances de significado que a palavra possui, as quais obrigariam os tradutores a vertê-la de diferentes formas. Por um lado, o leitor pode objetar que tal procedimento é como que a admissão do fracasso da tradução. Por outro lado, trata-se de algo compreensível, se considerarmos que, como dito, os tradutores mantêm-se próximos do texto original e não pretendem interpretá-lo a fim de resolver suas ambiguidades.

Por reproduzir o trabalho de John Burnet, a editoração do texto é uma das melhores disponíveis no mercado. Em outras edições bilíngues que circulam no Brasil, muitas vezes há tão-somente a reprodução do texto grego, sem o aparato filológico que trata das divergências entre os manuscritos, das sugestões e acréscimos de outros filólogos etc. Conquanto seja de grande valia a reprodução do original, ao fim e ao cabo tais traduções não são autossuficientes, pois que obrigam o leitor especializado a compulsar o texto de Burnet toda a vez que se depara com alguma passagem que lhe é fundamental. Aqui, o leitor tem à mão a história do estabelecimento do texto, o que pode ser de inestimável ajuda em argumentos minuciosos que dependem da leitura aprofundada de alguma linha.

Em resumo, a edição basta-se por si mesma, tornando desnecessária a consulta aos volumes da *Opera Platonis*.

O livro dispõe ainda de uma apresentação em que os autores tocam em questões ligadas à interpretação do *Teeteto*. Concordando com a tradição em que o *Teeteto* é obra de cunho essencialmente epistemológico, eles discutem algumas aporias sofisticadas relativas ao conhecimento que aparecem no *Mênon*; em breve alusão ao *Fédon* e à *República*, argumentam que tais aporias tendem a ser solucionadas mediante a introdução de ideias transcendentais (p. 8-11). Na interpretação da posição do *Teeteto* no *Corpus*, os autores seguem a ordenação composicional, assentada na estilometria de L. Campbell, e veem nele um diálogo próximo de obras tardias como o *Sofista* e o *Político*, o *Timeu*, o *Crítias* e as *Leis*. O *Teeteto* pertenceria ao grupo anterior a tais obras, formado pela *República*, o *Parmênides* e o *Fedro* (p. 19). A adoção do paradigma composicional, como tem ficado cada vez mais nítido nos estudos de Platão, não é apenas uma opção filológica que leva em conta a suposta história do texto. Pelo contrário, ela acarreta o compromisso com interpretações filosóficas de grande alcance, as quais nem sempre são explicitadas com a devida clareza, em que pese sua ampla aceitação. Por exemplo, ela implica ideia de que Platão, nas obras tardias, aumentou seu interesse pelo sensível e pelo “ser do devir”, abandonando o radical idealismo das obras da maturidade (p. 21). Noutras palavras, é o Platão cujo pensamento, segundo ideias tão típicas do século XIX, evoluiu para uma *Naturphilosophie* em que ele deixa de ser “platônico” e aproxima-se cada vez mais de Aristóteles. Os autores aceitam essa perspectiva e aliam-se a uma tradição ainda dominante, a qual tem o mérito de ler Platão de forma unitária, apesar da fraqueza de algumas de suas pressuposições.

Entretanto, isso faz com que percam de vista alguns dados dramáticos e de conteúdo que são dignos de menção, caso o leitor anseie por uma interpretação cabal do *Teeteto*. Note-se que, embora Sócrates marque com Teodoro um encontro para o dia seguinte, dando início ao *Sofista*, no final do *Teeteto* (210d-1-4) ele se dirige ao Pórtico do Rei para informar-se sobre a acusação de impiedade levantada contra sua pessoa; nessa ocasião, ele encontra o adivinho Eutífron e conversa com ele sobre a piedade. Esse fato levanta sério desafio ao paradigma composicional. Embora a edição clássica de Trásilo, com sua metodologia ao mesmo tempo dramática e temática, tenha ordenado os diálogos de forma que o *Eutífron*, a *Apologia*, o *Crítion* e o *Fédon* (Tetralogia I) apareçam próximos do *Crátilo*, do *Teeteto*, do *Sofista* e do *Político* (Tetralogia II), a estilometria afasta peremptoriamente tais diálogos, colocando os primeiros como obras da juventude e da

maturidade e os últimos, pois, como obras da senectude, nas quais Platão empreenderia a crítica de seus arroubos idealistas.

Não há problemas em aceitar tal posição, ainda bastante popular. Todavia, é preciso admitir que ela como que negligencia vários paralelos no mínimo instigantes. Primeiramente, ela passa por alto a indicação dramática explícita, por parte de Platão, que faz com o *Eutífron* se siga ao *Teeteto*; aqui, não parece sensato atropelar a indicação do autor, clara como o dia, porque a contagem de advérbios e demais vocábulos sugere outra direção. Tal indicação é um forte indício de que Platão planejou a leitura do *Eutífron* próxima da leitura do *Teeteto*, da mesma maneira como, no fim do *Banquete* (223d10), a menção do Liceu aponta para o *Lísis*. Em segundo lugar, ela perde de vista as indiscutíveis ligações teóricas em torno do problema da percepção: em todos esses diálogos – *Teeteto*, *Eutífron*, *Sofista* – a percepção e a essência de coisas como a piedade são discutidas sob o enfoque da passividade (*patheîn*) e atividade (*poieîn*). Ou seja, o enfoque teórico é similar e se ilumina reciprocamente pelo confronto de tais obras. Por fim, há o problema do parricídio, que em leituras mais ousadas tem recebido renovada importância: o suposto abandono de Parmênides que ocorre no *Sofista* – geralmente aceito de forma tão passiva pelos leitores de Platão, apesar do elogio que Sócrates faz do sábio de Eleia no *Teeteto* – pode ser comparado com a perseguição que Eutífron, adivinho obtuso e cheio de si, enceta contra o próprio pai. Afinal, trata-se de duas personagens que, por distintas razões, acham-se no direito de romper ligações com sua família, e a leitura conjunta do *Sofista* e do *Eutífron* deveria alertar o leitor sobre a semelhança de tal comportamento.

A ótica epistemológica dos autores, em concordância com a bibliografia quase exclusivamente analítica da apresentação, deixa também de lado passagens memoráveis do *Teeteto*. Certo, é inegável que o diálogo trate de epistemologia: a definição de conhecimento como crença verdadeira e justificada está aí em todos os manuais para prová-lo. Entretanto, o *Teeteto* é também o diálogo onde, de forma significativamente única no *Corpus*, Sócrates expõe o método maiêutico. Na ocasião, ele utiliza a maiêutica para averiguar as dores do parto de um jovem talentoso que, como os autores ressaltam (n. 4), não apenas possui as características do filósofo da *República*, como segue também o currículo proposto nessa obra. Ou seja, há uma dimensão pedagógica fundamental no diálogo que diz respeito aos progressos intelectuais de Teeteto. O primeiro prólogo (142b6-d5) adianta que a profecia de Sócrates sobre o futuro de Teeteto estava correta, e que este se tornou de fato um homem belo e bom; logo, é provável que a influência de Sócrates exercida nessa ocasião tenha sido determinante para as escolhas futuras de

Teeteto. Depois, o mote da conversação é eminentemente pedagógico ou maiêutico, pois versa sobre o interesse de Sócrates por jovens atenienses que se destacam nos estudos, e coaduna-se assim com a ideia de analisar a natureza de Teeteto (155d1).

Além da importante passagem sobre a maiêutica, tal dimensão pedagógica se mostra no fato de que Teeteto, representante superlativo da juventude ateniense, encontra-se entre três tipos de educadores que como disputam sua alma: Teodoro, matemático que estudou com os sofistas; Protágoras, famoso intelectual da primeira e mais importante geração de sofistas; e Sócrates, o pensador que, na pena de Platão, é insistentemente diferenciado dos sofistas, a despeito de semelhanças profundas que manteria com tais professores, como o próprio Platão admite. Teeteto entra em cena como um jovem talentoso e interessado em matemática que, não obstante seu trato com conteúdos inteligíveis e altamente abstratos, sofreu a influência da sofística e acredita que a ciência e o conhecimento se resumam à percepção sensível. Ou seja, tal como Protágoras, ele é um sensualista. Depois de vários progressos mediados por intensos momentos de aporia, Teeteto se aproxima de uma versão mais precisa, mais intelectualizada e mais platônica do que seria a *epistēmē*, revelando assim a efetividade do ensino de Sócrates.

À parte tais fatos, o *Teeteto* é também o diálogo em que aparece a celeberrima sentença de Platão sobre o princípio da filosofia a partir do *thaumázein*, sem mencionar a não menos célebre digressão sobre o filósofo, tão a gosto dos neoplatônicos. Ademais de descrever a iniciação à filosofia de um jovem de natureza ideal, portanto, o diálogo discute ao menos em duas ocasiões cruciais o próprio sentido da filosofia. Esse fato é deveras significativo, se pensarmos que tanto o *Sofista* (217a) quanto o *Político* (257a) afirmam que a conversa do Estrangeiro com Teeteto deveria definir três personagens: o sofista, o político e o filósofo. Como sabido, nenhum diálogo há que leve o título de *Filósofo*. Contudo, a reiterada discussão da natureza da filosofia, a iniciação ideal de um jovem filósofo e o fato de que Sócrates, posto entre a matemática e a sofística, dirija a discussão como nos diálogos maduros, pois, dão a supor que o *Teeteto* poderia preencher a lacuna deixada quiçá intencionalmente por Platão. Isso se, claro, a *Apologia* não deva fazer esse papel, porque sua proximidade dramática com o *Eutífron* e o *Sofista*, tal como sua apresentação da *profession de foi* do filósofo, fazem dela um candidato atraente para ocupar a posição do diálogo perdido. O fato de Sócrates pôr-se no meio de Teodoro e Protágoras é por si só um indício do que seria o saber filosófico: uma espécie de retórica preocupada com a virtude (protréptica), a qual se apoia, todavia, em conhecimentos inteligíveis como a matemática, não apenas na percepção ou nas opiniões populares.

Na apresentação dos autores, esses fatos são como que obscurecidos pela concentração exclusiva nas discussões epistemológicas. Naturalmente, é salutar que os autores exponham sua visão do diálogo e que adotem a perspectiva que se lhes afigura correta; desse confronto entre diferentes vieses é que nasce a riqueza da filosofia. Porém, esses pontos parecem que poderiam ter recebido atenção, por mínima que fosse.

O livro possui ainda algumas páginas dedicadas à elucidação das personagens, de outros filósofos e de figuras mitológicas mencionadas no diálogo. Tudo isso faz com que o leitor tenha em mãos uma excelente tradução, feita com extrema perícia e cuidado, e auxiliada pela edição do texto grego. Em suma, é a tradução que deve tornar-se padrão entre leitores especializados.

Prof. Dr. M. R. Engler¹

¹ Doutor em filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor de filosofia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: reusengler@gmail.com

SANDEL, Michael J. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. Tradução de Heloisa Matias e Maria Alice Máximo. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

O livro do professor Michael J. Sandel, bem como suas aulas na Universidade de Havard sobre o tema², retomam uma reflexão clássica e sempre urgente da filosofia, a questão da justiça ou o que é fazer a coisa certa.

O livro está dividido em dez capítulos, em que o tema justiça é apresentado e discutido a partir de diferentes correntes filosóficas e tendo como referências problemáticas atuais, principalmente envolvendo o campo da política.

O primeiro capítulo, em forma de uma grande introdução ao tema justiça, inicia lembrando de uma fatalidade causada pelo furacão Charley que varreu a Flórida no verão de 2004, e que, após esse episódio, preços abusivos foram cobrados por mercadorias e serviços devido à falta desses produtos na região, mesmo apesar de leis proibitivas em elevar preços após desastres ambientais, e que, posteriormente, tal discussão se desdobrou nos tribunais norte-americanos entre os argumentos de acusação e defesa. Portanto, explica Sandel a partir desse exemplo: “Se você prestar atenção ao debate, notará que os argumentos a favor das leis relativas ao abuso de preços e contra elas giram em torno de três ideias: aumentar o bem-estar, respeitar a liberdade e promover a virtude. Cada uma dessas ideias aponta para uma forma diferente de pensar sobre justiça”³, sendo que as duas primeiras são argumentos em defesa do mercado e da liberdade individual, tais como o utilitarismo e o respeito aos direitos individuais; em relação ao mercado, duas escolas se destacam, a do *laissez-faire* e a da equanimidade, que por sua vez tem gerado “algumas das mais calorosas disputas políticas de nossa época”, como comenta Sandel; e o último, o argumento da virtude e uma vida boa, ou mesmo para esse caso, de uma virtude cívica, defendendo que: “em tempos de dificuldades, uma boa sociedade se mantém unida. Em vez de fazer pressão para obter mais vantagem, as pessoas tentam se ajudar

² *Harvard University. Course: Justice*, Michael J. Sandel. Disponível em: <https://pll.harvard.edu/course/justice?delta=0>. Acesso em: 30.out.2021.

³ SANDEL, M. J. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 14.

mutuamente”⁴, o que a aproxima e identifica a concepções morais e religiosas. E ainda, continua Sandel, explorando outros dois exemplos polêmicos e atuais, neste mesmo primeiro capítulo, para demonstrar a complexidade de se pensar a justiça. O próximo exemplo é o da condecoração de soldados pelo Exército dos Estados Unidos com a medalha Coração Púrpura, uma medalha concedida desde 1932 a bravos combatentes. Mas, continua o autor, em se tratando, por exemplo, de que pelo menos 300 mil veteranos norte-americanos (após as atuais guerras do Iraque e Afeganistão) foram diagnosticados com estresse pós-traumático ou depressão profunda, não seria correto que todos esses soldados merecessem também a condecoração Coração Púrpura? Condecoração que não foi concedida a esses veteranos pelo exército, mas apenas aos feridos fisicamente. Isto seria injustiça? O outro exemplo é o do socorro dados aos bancos e instituições financeiras após a crise econômica de 2008-2009 pelo governo dos Estados Unidos. Elas são realmente merecedoras de ajuda financeira pública? E, assim, Sandel vai envolvendo o leitor e seus estudantes em temas que abrangem o cotidiano, com dilemas morais, e refletindo filosoficamente sobre o que é a justiça, tendo como referência, novamente, as três abordagens: a justiça como maximizar o bem estar; as teorias que ligam a justiça à liberdade; e as que veem a justiça intimamente associada à virtude e a uma vida boa.

Os demais capítulos, portanto, aprofundam tais perspectivas, sempre com exemplos de outras situações reais do cotidiano. Os capítulos seguem, com o utilitarismo e o princípio da máxima felicidade; seguindo para a ideologia libertária e a questão das desigualdades sociais no mundo, mas com foco nos Estados Unidos; depois para a questão do mercado e conceitos morais, o *laissez-faire* e a equanimidade; a justiça em Immanuel Kant; e a equidade para John Rawls; o capítulo sete destaca a questão da ação afirmativa por parte de governos e instituições; depois, retoma-se Aristóteles, a virtude e a filosofia clássica; segue-se para os dilemas de lealdade, sobre o que devemos uns aos outros; e por fim, no capítulo dez, a justiça e o bem comum na qual o autor sinaliza para algumas possibilidades de uma nova política do bem comum.

Portanto, a obra de Michael J. Sandel consegue explorar de forma muito didática um tema essencial, como a justiça, fazendo pensar a partir de questões do cotidiano, a partir de notícias e fatos que a todo momento são apresentados e da qual todos estão inseridos, e que por detrás destes debates, muitos cristalizados em leis, há correntes teóricas filosóficas, demonstrando suas potencialidades e limites na compreensão da própria

⁴ SANDEL, M. J. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 16.

justiça. Enfim, esse é um livro importante que instiga o leitor a pensar sobre justiça e, principalmente, instiga o cidadão, igualmente, a se posicionar frente aos fatos que estão a acontecer.

*Alessandro Cavassin Alves*⁵

⁵ Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professor de filosofia na Faculdade São Basílio Magno (FASBAM). E-mail: alessandrocavassin@gmail.com

KERSHAW, Stephen P. *A Brief Guide to the Greek Myths*. London: Constable & Robinson Ltd, 2007. [9712 páginas. Versão Kindle E-book].

O livro *A Brief Guide to the Greek Myths*, da autoria do professor doutor Stephen P. Kershaw, é parte de uma proposta da mesma editora, com vários títulos seguindo a mesma linha de publicação científica, como parcialmente uma introdução ao tema proposto, porém, com algum conteúdo mais aprofundado. O livro apresentado traz o título inicial de *A Brief Guide*, ou seja, “Um Guia Breve” sobre algo. A outra obra da série “Guia Breve”, por exemplo, é sobre o Islã. Por sua vez, outra coletânea maior e mais diversificada é da série *A Brief History* (“Uma Breve História”), com vários assuntos elencados e trabalhados. Tanto a publicação que é objeto de nossa resenha, como o restante das coleções, está em língua inglesa e não existe tradução para o português, seja em Portugal ou no Brasil. Há, curiosamente, uma coleção “Uma Breve História” da Editora LP&M, no Brasil, com apresentação de vários aspectos relevantes na sociedade, porém com outros autores e outros títulos. O autor, professor Stephen Kershaw, teve a orientação de seu doutoramento de um dos maiores especialistas em mitologia grega do mundo, o professor Richard Buxton, e leciona nas Universidades de Oxford e de Warwick.

Lançado em 2007, o livro conta, em seu começo, com uma Lista de Mapas um tanto antes da Introdução. Em seguida, a obra conta com a separação em Seção 1, Seção 2 e Seção 3, além de, ao final, uma seção com as Notas, uma penúltima etapa com Leituras Adicionais e um Index, para encerrar. A Seção 1 abre a exposição apenas com um texto que se intitula “Os mitos e a mitologia”. A Seção 2 traz o título “Do Vazio Primordial ao Continente Perdido: os principais mitos gregos”, que se subdivide em dezoito capítulos, os quais se diversificam de certa forma cronologicamente, ou por nível de relevância, desde os tempos do “nascimento dos deuses” - iniciando-se pelo Caos e a Castração de Urano, até a instituição do Cosmos -, chegando a outros temas como Apolo e Artêmis, a Criação do homem e da mulher (Prometeu e Pandora), Jasão e Medeia, Hercules, Édipo, Aquiles e Heitor, Teseu e o Minotauro, A Guerra de Troia, a Odisseia, e o mito de

Atlântida, de Platão. A Seção 3 tem o título de “Algumas aproximações com a mitologia grega”.

Segundo o próprio autor destaca em sua Introdução, “esse livro fornece uma visão geral de um grande número da matéria-prima da mitologia grega, e faz uma constante referência à fonte material original, como os mitos falam mais efetivamente quando eles falam diretamente” (tradução nossa)⁶. O autor buscou oferecer a visão de vários autores, narradores e pensadores, de diferentes tempos e lugares, para podermos ter uma perspectiva muito clara do intuito do texto que ele compunha, trazendo alguma erudição científica para o leitor inveterado na composição da obra. O livro, inclusive, tenta explorar algumas ressonâncias e a relevância dos contos desde a Grécia Antiga até os dias atuais⁷.

As três seções do livro apresentam uma trajetória que vai trazer, em sua Seção 1, inicialmente, explicações de como “é possível definir o que são os mitos gregos?” (tradução nossa)⁸, bem como se “eles podem ser distintos de outros tipos de contos tradicionais?” (tradução nossa)⁹, ou ainda se se pode dizer que há uma definição útil. Na Seção 2, por sua vez, há “uma viagem por meio de alguns dos principais contos da mitologia grega” (tradução nossa)¹⁰, e que “o que o livro tenta fazer é conduzir o leitor por meio de muitas dessas vibrantes histórias” (tradução nossa)¹¹, e, certamente, oferecer-nos o questionamento se a Guerra de Troia realmente aconteceu, ou se de fato existiu a Atlântida, bem como toda essa tradição ainda é contada nos nossos dias. A Seção 3 nos traz “uma breve análise das interpretações de vários estudiosos dos mitos gregos desde a Antiguidade até o presente” (tradução nossa)¹², passando desde Evêmero até Sigmund Freud.

O trabalho do livro ainda contou com a definição correta de como o autor propunha que fossem escritos os nomes, as datas e como poder-se-ia soletrá-los, conforme a pronúncia histórica. De acordo com o autor:

⁶ KERSHAW, Stephen P. *A Brief Guide to the Greek Myths*. London: Constable & Robinson Ltd, 2007. p.125.

⁷ KERSHAW, Stephen P. *A Brief Guide to the Greek Myths*. London: Constable & Robinson Ltd, 2007.

⁸ KERSHAW, Stephen P. *A Brief Guide to the Greek Myths*. London: Constable & Robinson Ltd, 2007. p.139.

⁹ KERSHAW, Stephen P. *A Brief Guide to the Greek Myths*. London: Constable & Robinson Ltd, 2007.

¹⁰ KERSHAW, Stephen P. *A Brief Guide to the Greek Myths*. London: Constable & Robinson Ltd, 2007. p.139

¹¹ KERSHAW, Stephen P. *A Brief Guide to the Greek Myths*. London: Constable & Robinson Ltd, 2007. p.139.

¹² KERSHAW, Stephen P. *A Brief Guide to the Greek Myths*. London: Constable & Robinson Ltd, 2007. p.139.

até bem recentemente a convenção era latinizar nomes gregos, e anglicizá-los sobre essa base. A língua grega não tem a letra “c” e o latim não tem a letra “k”, embora a letra “c” seja pronunciada com a mesma força que a letra “k”. Por exemplo, Kekrops é latinizado para Cecrops. A forma básica masculina em grego com frequência termina em “-os” (latim “-us”), o feminino em “-e” (latim “-a”) e o neutro em “-on” (latim “-um”). Por exemplo, Menelaos se torna Menelaus (tradução nossa)¹³

Kershaw ainda denota o quanto há divergência ainda entre outros nomes, nessa explicação, para nomes como Clitemnestra, Evandro, Ulisses (Odisseu), Hera (Juno) e Zeus (Júpiter), bem como com Aquiles, Édipo e Príamo, e que vai ocorrer ao longo do livro, também com outros nomes.

Partindo de Hesíodo, o pesquisador traça, em seu primeiro capítulo da Seção 2, por exemplo, toda a trajetória dos deuses, desde Urano e Gaia, da Primeira Geração, que os gregos dedicavam sua crença e fé, bem como o surgimento dos Titãs, dos Ciclopes, a Segunda Geração, com Kronos, e a Terceira Geração, com Zeus e seus irmãos, e subordinados, que habitavam o Monte Olimpo. Também é tratado o evento da *Gigantomachia*, e a morte ou prisão em uma guerra entre deuses e gigantes. Esse capítulo ainda traz uma aproximação e as diferenças entre a mitologia grega com os Hititas, habitantes da Ásia Menor dos períodos da Grécia Antiga e Arcaica.

O capítulo 2 dessa mesma seção, por sua vez, traz o uma perspectiva mais voltada à música, ao amor e à caça. O tema central se foca nos irmãos Apolo e Artêmis, porém ainda trabalha com outras narrativas, como de Leto, mãe dos deuses gêmeos; o mito de Orfeu, e sua incomparável habilidade musical, com sua amada esposa Eurídice; a jovem amada por Apolo, que se torna flor, Jacinto; o rei Midas, que governava a Frígia, e suas escolhas infelizes; e Orion, um grande caçador que é transformado em uma constelação estelar. Nessa passagem do livro, vale dizer, por exemplo, que o autor percorre conhecidas versões do mito do amor de Orfeu e Eurídice, passando desde o texto de Shakespeare até a poesia de Rainer Maria Rilke, bem como o filme temático de um *Orfeu Negro*, baseado em peça teatral de mesmo título, da autoria de Vinícius de Moraes, este que seria o Orfeu da Conceição, que o diretor Marcel Camus trouxe para as telas do cinema, conquistando vários prêmios importantes, como o Oscar, a Palma de Ouro de Cannes e o Globo de Ouro, com música composta por Antônio Carlos Jobim e Luís Bonfá, tendo o carnaval do Rio de Janeiro como cenário dessa narrativa.

¹³ KERSHAW, Stephen P. *A Brief Guide to the Greek Myths*. London: Constable & Robinson Ltd, 2007, p. 153.

O capítulo 3 traz “A criação do homem e da mulher; o grande dilúvio; transgressores e heroínas”, e que terá a apresentação dos desígnios do rei dos deuses, Zeus, bem como de Prometeu, que o autor chama de “previdente”, aquele que roubou o fogo dos deuses, bem como de Epimeteu, o “imprevidente”, conforme diz o autor, que também essa personagem seria o irmão estúpido de Prometeu. Está nesse capítulo a história de Pandora, a que possui “Todos os dons”, essa que recebeu de presente de Zeus um jarro com todos as maldições que assolam a humanidade, que a curiosidade desta deixou fugirem do vasilhame, porém ela conseguiu deter dentro do jarro apenas a Esperança. Zeus havia dito para que ela não abrisse a peça de cerâmica. Nessa explicação também estão Deucalião, o “Noé grego”, Pirra, a esposa de Deucalião, os Pelasgos, que são os aborígenes gregos, Licaão, morto por Zeus junto de seus filhos, por impiedade. Calisto está presente, filha de Licaão, essa que teria sido transformada em uma urso, junto de Arcas, seu filho, e depois ela se tornou a constelação da Ursa Maior, por Zeus, pela penalidade causada por sua enciumada esposa Hera, e o filho de Calisto com Zeus se torna a constelação da Ursa Menor, que fica um tanto próximo do que diziam ser sua mãe.

Os outros capítulos da mesma Seção 2 trabalham mais com a ideia dos heróis da mitologia grega, como Jasão, os Argonautas e Medeia; Argos e os Matadores de Monstros; Hercules; Tebas e Édipo; Heitor; Aquiles; os primeiros reis de Atenas; Teseu e o Minotauro; A Guerra de Troia; A Odisseia; O mito de Atlantis. A Seção 3 do livro traz uma análise comparativa e investigativa do autor do livro em torno de várias perspectivas que pensadores e estudiosos tiveram com a mitologia grega ao longo da história da Ciência, de alguma forma. Em uma das passagens, por exemplo, Kershaw traz o quanto da mitologia grega está na pesquisa de Sigmund Freud e Carl Gustav Jung; em outro momento, o autor traça a perspectiva estruturalista sob a égide do mito, como com os trabalhos de Claude Lévi-Strauss e a Antropologia.

*Diogo H. A. de Almeida*¹⁴

¹⁴ Mestre em filosofia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: diogojacarezinho01@gmail.com